

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.834.183 - SP (2019/0052273-2)**

**RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA**  
**RECORRENTE : MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES**  
**PROCURADOR : FERNANDA CRISTINA LOURENÇO ALVES MEIRA E**  
**OUTRO(S) - SP309977**  
**RECORRIDO : HELENA SOUSA LADICA (MENOR)**  
**REPR. POR : SERGIO FRANCISCO LADICA**  
**REPR. POR : ANDREIA SOUSA LADICA**  
**ADVOGADO : ANTÔNIO SÍLVIO ANTUNES PIRES - SP054810**  
**INTERES. : SOPRANO ELETROMETALURGICA E HIDRAULICA**  
**LTDA**

## DECISÃO

### Vistos.

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo **MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES**, contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 5ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento de apelação, assim ementado (fl. 481e):

**INDENIZATÓRIA. DANOS MORAIS e ESTÉTICOS.** *Acidente ocorrido com criança nas dependências de Creche Municipal durante horário escolar. Amputação da falange distal do 2º dedo da mão direita. Responsabilidade civil objetiva. Falha da Administração pública configurada. Incidência do art. 37, § 6º, da Constituição Federal. Dano moral in re ipsa. Indenização fixada com proporcionalidade. Possibilidade de cumulação dos danos morais e estéticos, pacificada nos termos da Súmula 387 do C. STJ.*  
*Negado provimento ao recurso da autora e ao agravo retido, e parcialmente provido o do Município, com determinação.*

Opostos embargos de declaração, foram acolhidos, consoante fundamentos resumidos na seguinte ementa (fl. 510e):

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.** *Omissão com relação às custas e despesas processuais. Embargos acolhidos sanar a omissão apontada e determinar que as custas e as despesas processuais sejam distribuídas proporcionalmente entre as partes.*

Com amparo no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, aponta-se ofensa aos arts. 186, 884, 944 e 945 do Código Civil, alegando-se, em síntese, não ser

# Superior Tribunal de Justiça

devida a responsabilidade civil do Município, pugnando, subsidiariamente, pela redução do valor da condenação.

Com contrarrazões (fls. 535/536e), o recurso foi inadmitido (fl. 539e), tendo sido interposto Agravo, posteriormente convertido em Recurso Especial (fls. 620/621e).

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 630/632e, opinando pelo não conhecimento do recurso.

## **Feito breve relato, decidido.**

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida.

Ao tratar da questão do mérito da controvérsia, o tribunal de origem adotou fundamento constitucional suficiente para sustentar o acórdão recorrido, nos seguintes termos (fls. 485/486e):

*Com efeito, o Município, em razão do risco administrativo, responde objetivamente pelos danos que seus agentes causarem, conforme dispõe o art. 37, § 6º, da Constituição Federal:*

*(...)*

*In casu, trata-se de hipótese de responsabilização objetiva da ré, sendo irrelevante e dispensável o exame da culpa dos agentes envolvidos, de modo que denunciação da lide das servidoras Cleonice Aparecida dos Santos Zamboni e Maria Conceição Moura, supostamente envolvidas no infortúnio que causou a lesão à menor H.S.L, não merece albergue, consoante já decidido no bojo do Agravo de Instrumento nº 2073328-07.2015.8.26.0000, desta Relatoria.*

Apesar disso, a matéria não foi impugnada por meio de recurso extraordinário, circunstância que atrai o óbice da Súmula n. 126 desta Corte segundo a qual “é inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em

# *Superior Tribunal de Justiça*

fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário”, consoante espelham os seguintes precedentes:

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. ANISTIA. REVISÃO. ESTABILIDADE EXTRAORDINÁRIA. DUPLA FUNDAMENTAÇÃO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO NÃO INTERPOSTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 126/STJ. ARTIGOS 54 DA LEI 9.784/99 E 143 da 8.112/90. SÚMULA 282/STF. REQUISITO TEMPORAL. AFERIÇÃO QUE DEMANDARIA O REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. LEI 8.878/94. DETENTORA DE FUNÇÃO DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR - FAS. INAPLICABILIDADE. DECISÃO QUE SE MANTÉM POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.**

1. Em recurso especial não cabe invocar violação a norma constitucional.

2. O Tribunal de origem, ao decidir a questão relativa à estabilidade extraordinária para ocupantes de função de confiança, amparou-se em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer um deles apto a manter inalterado o acórdão recorrido. Portanto, a ausência de interposição de recurso extraordinário atrai a incidência da Súmula 126/STJ.

(...)

(AgRg no AREsp 440.559/DF, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08/05/2014, DJe 16/05/2014).

**ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE RECEITA MÉDICA ATUALIZADA EMITIDA POR MÉDICO VINCULADO AO SUS. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SÚMULA 126/STJ. PROCESSUAL CIVIL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF.**

1. Da simples leitura do acórdão recorrido observa-se que o Tribunal a quo decidiu a causa com base em argumentos constitucionais e infraconstitucionais. No entanto, o recorrente interpôs apenas o Recurso Especial, sem discutir a matéria constitucional, em Recurso Extraordinário, no excelso Supremo Tribunal Federal. Assim, aplica-se, na espécie, o teor da Súmula 126 deste colendo Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual "é inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário."

(...)

# *Superior Tribunal de Justiça*

(AgRg no REsp 1.421.283/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/05/2014, DJe 20/06/2014).

Por fim, no que tange aos honorários advocatícios, da conjugação dos Enunciados Administrativos ns. 3 e 7, editados em 09.03.2016 pelo Plenário desta Corte, depreende-se que as novas regras relativas ao tema, previstas no art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, serão aplicadas apenas aos recursos sujeitos à novel legislação, tanto nas hipóteses em que o novo julgamento da lide gerar a necessidade de fixação ou modificação dos ônus da sucumbência anteriormente distribuídos quanto em relação aos honorários recursais (§ 11).

Ademais, vislumbrando o nítido propósito de desestimular a interposição de recurso infundado pela parte vencida, entendo que a fixação de honorários recursais, em favor do patrono da parte recorrida, está adstrita às hipóteses de não conhecimento ou improvimento do recurso.

Quanto ao momento em que deva ocorrer o arbitramento dos honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/15), afigura-se-me acertado o entendimento segundo o qual incidem apenas quando esta Corte julga, pela vez primeira, o recurso, sujeito ao Código de Processo Civil de 2015, que inaugure o grau recursal, revelando-se indevida sua fixação em agravo interno e embargos de declaração.

Registre-se que a possibilidade de fixação de honorários recursais está condicionada à existência de imposição de verba honorária pelas instâncias ordinárias, revelando-se vedada aquela quando esta não houver sido imposta.

Na aferição do montante a ser arbitrado a título de honorários recursais, deverão ser considerados o trabalho desenvolvido pelo patrono da parte recorrida e os requisitos previstos nos §§ 2º a 10 do art. 85 do estatuto processual civil de 2015, sendo desnecessária a apresentação de contrarrazões (v.g. STF, Pleno, AO 2.063 AgR/CE, Rel. Min. Marco Aurélio, Redator para o acórdão Min. Luiz Fux, j. 18.05.2017), embora tal elemento possa influir na sua quantificação.

Assim, nos termos do art. 85, §§ 2º e 11, de rigor a majoração dos honorários anteriormente fixados em 10% (dez por cento; fls. 498/499e), para 12% (doze por cento).

Posto isso, com fundamento nos arts. 932, III, do Código de Processo

# *Superior Tribunal de Justiça*

Civil de 2015 e 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do RISTJ, **NÃO CONHEÇO** do Recurso Especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora

